

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LUIZ FELIPE DE ALMEIDA RODRIGUES

GUERRA IRREGULAR:

O emprego de Forças de Operações Especiais na Guerra ao Terror no Afeganistão.

Rio de Janeiro

2017

CC (FN) LUIZ FELIPE DE ALMEIDA RODRIGUES

GUERRA IRREGULAR:

O emprego de Forças de Operações Especiais na Guerra ao Terror no Afeganistão.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por sua presença, em todos os momentos, permitindo que eu pudesse ter força e determinação. Renovo minha gratidão à minha família, por todo apoio e compreensão, que foram fundamentais para que houvesse tranquilidade para o cumprimento de mais essa missão.

Ao CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, meu muito obrigado por toda atenção e empenho na orientação deste trabalho.

Aos Operadores Especiais da Marinha do Brasil, agradeço pela oportunidade de pertencer a esse grupo seleto de militares e por todos os ensinamentos adquiridos em nossa convivência. Certamente, as experiências vividas nas equipes de Operações Especiais serviram de motivação para o estudo desenvolvido neste trabalho.

RESUMO

Com os ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América sofreram um duro golpe, perdendo pessoas e bens materiais, mas principalmente sofrendo um impacto intangível, de grandes efeitos psicológicos, ao serem atacados em seu próprio território e em locais de muita representatividade para todo o mundo ocidental. O desafio era dar uma pronta resposta a um inimigo de características fluidas e irregulares, principalmente por contarem com Forças Armadas que, por muito tempo, se prepararam para conflitos nos quais empregassem seus numerosos efetivos e seu poderio hegemônico convencional. Somou-se a isso grandes dificuldades logísticas para a condução de uma guerra no Afeganistão, corroborando a solução por um novo modo de guerra norte-americano centrado em Forças de Operações Especiais, bombardeios aéreos de alta precisão e a conquista do apoio da população local. Dessa forma, o novo modo de guerra foi a solução para a pronta resposta aos ataques sofridos. A realidade encontrada foi tratada como uma contrainsurgência transnacional e se enquadrou muito bem nas definições de guerra de 4ª geração. Por isso, este trabalho propõe a comparação dessa guerra centrada em FOpEsp com a consagrada teoria de David Galula, buscando responder se a realidade foi aderente à sua teoria no que concerne à contrainsurgência na guerra revolucionária “quente” ou com o uso da força. Ao buscar essa resposta, o presente estudo pretende explorar as diversas nuances da guerra irregular, em especial as relacionadas à contrainsurgência, permitindo que todo o aprendizado sirva como alavanca para o estudo da guerra irregular na Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Forças de Operações Especiais. População. Insurgência e Contrainsurgência. David Galula. Operação Liberdade Duradoura.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARP – Aeronave Remotamente Pilotada

CIA - *Central Intelligence Agency* - Agência Central de Inteligência dos EUA

COIN – Contrainsurgente (s)

EUA – Estados Unidos da América

FOPEsp – Força de Operações Especiais

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

MB – Marinha do Brasil

OEF – *Operation Enduring Freedom* – Operação Liberdade Duradoura

OpEsp – Operações Especiais

SOCOM – *Special Operations command* – Comando de Operações Especiais norte-americano

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Político do Afeganistão.....	61
Figura 2 – Veículo Leve Artilhado das FOpEsp.....	62
Figura 3 – E-8C Sistema Conjunto de Vigilância e Radar de Ataque de Alvos (E-8C Joint STARS)	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	A TEORIA DE DAVID GALULA SOBRE A AÇÃO CONTRAINSURGENTE.....	10
2.1	Conceito e evolução histórica da Insurgência.....	11
2.2	O emprego da força na Guerra de Contrainsurgência.....	14
2.2.1	<i>Princípio dos Limites da Ação Convencional.....</i>	<i>15</i>
2.2.2	<i>O método insurgente não serve ao contrainsurgente.....</i>	<i>16</i>
2.2.3	<i>Primeira Lei: O apoio da população é tão necessário para o contrainsurgente quanto para o insurgente.....</i>	<i>17</i>
2.2.4	<i>Segunda Lei: o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa.....</i>	<i>18</i>
2.2.5	<i>A Vitória do Contrainsurgente.....</i>	<i>19</i>
2.2.6	<i>Terceira lei: o apoio da população é condicional.....</i>	<i>19</i>
2.2.7	<i>Quarta lei: a intensidade do esforço e a magnitude de meios são essenciais.....</i>	<i>20</i>
2.4	Conclusões parciais.....	21
3	O EMPREGO DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA GUERRA GLOBAL AO TERROR NO AFGANISTÃO (2001 – 2002)	23
3.1	A Guerra de Forças de Operações Especiais.....	23
3.1.1	<i>Apoio de fogo aéreo.....</i>	<i>25</i>
3.1.2	<i>Conquistando “corações e mentes” da Aliança do Norte e da população neutra.....</i>	<i>27</i>
3.1.2.1	<i><u>A impressionante precisão das “bombas inteligentes”.....</u></i>	<i>28</i>
3.1.2.2	<i><u>Vestindo-se como a população local.....</u></i>	<i>28</i>
3.1.2.3	<i><u>O financiamento do apoio.....</u></i>	<i>29</i>
3.1.2.4	<i><u>A Guerra Psicológica.....</u></i>	<i>30</i>
3.1.3	<i>A importância do Reconhecimento e da Inteligência.....</i>	<i>32</i>
3.2	Conclusões parciais.....	34
4	COMPARAÇÃO DA TEORIA COM A REALIDADE DA GUERRA.....	36
4.1	Insurgência, Contrainsurgência e Guerra de 4ª Geração.....	36
4.2	Comparação teoria de David Galula com a Realidade da guerra de FOpEsp.....	39
4.2.1	<i>Ações convencionais ou a utilização da inteligência, velocidade das ações e mobilidade.....</i>	<i>39</i>
4.2.2	<i>O método insurgente ou o uso correto de toda força disponível.....</i>	<i>40</i>
4.2.3	<i>O apoio da população e a conquista de “corações e mentes”.....</i>	<i>41</i>
4.2.4	<i>Aliança do Norte, a minoria ativa fundamental à FOpEsp.....</i>	<i>42</i>
4.2.5	<i>A destruição da força insurgente pode não levar a vitória.....</i>	<i>43</i>
4.2.6	<i>O apoio da população é condicional ao êxito contrainsurgente.....</i>	<i>43</i>
4.2.7	<i>A importância da intensidade do esforço e a magnitude dos meios.....</i>	<i>44</i>
4.3	Conclusões parciais.....	45
5	CONCLUSÃO.....	49

REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE E ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A “Guerra Global ao Terror” desencadeada após os ataques de onze de setembro de 2001 por norte-americanos, no Afeganistão, foi de fato uma reação à um ataque contra alvos psicológicos que atingiram os estadunidenses e a grande parte da população mundial.

Esse efeito psicológico era exatamente o que a Al-Qaeda¹ desejava com os atentados terroristas. Ainda estupefatos, os norte-americanos não visualizaram outro caminho que não uma pronta resposta, demonstrando sua força e capacidade de reação, além de servir de exemplo para aqueles que ousassem repetir uma ação terrorista contra eles no futuro.

O objetivo inicial dos Estados Unidos da América (EUA) era retirar o Talibã² do poder e estabelecer bases estadunidenses como ponta de lança para a caçada à Al-Qaeda. O plano militar, sugerido pela Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), ficou conhecido como “novo modo de guerra norte-americano” e consistia no uso de Forças de Operações Especiais, poder aéreo e aliados locais, no caso, a Aliança do Norte.

Em poucas semanas, com um número pequeno de soldados e agentes de inteligência no solo, Cabul foi conquistada e se encerrou o governo Talibã.

Apesar disso, observamos que, mesmo empregando um novo modo de guerra, os EUA ainda não haviam desenvolvido seus manuais e doutrinas de contrainsurgência, renegada a segundo plano com a opção pela estratégia da aniquilação e a utilização do poderio tecnológico e da massa.

¹ Organização terrorista formada por fundamentalistas islâmicos e árabes.

² Organização político-religiosa sunita de etnia pashtun, formada no Afeganistão em 1994 e que tinha como objetivo impor uma versão conservadora da lei islâmica (sharia), em todo o Afeganistão (LANSFORD, 2011).

O teórico David Galula, com sua obra *Conter-Insurgency Warfare – Theory and Practice*³ de 1964, apareceu como uma das referências para o estudo dessa forma de guerra, cada vez mais comum em vários conflitos mundiais e agora com contornos transnacionais, a Guerra de Contrainsurgência.

Diante disso, o propósito deste trabalho é respondermos a seguinte questão: a guerra centrada em Forças de Operações Especiais (FOpEsp) na Segunda Guerra do Afeganistão, no período de 2001 a 2002, teve aderência ao modelo teórico de David Galula, considerando particularmente a contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”? Tentaremos responder à questão proposta, estudando a teoria de Galula e a confrontando com a realidade, levantada por meio de pesquisa realizada acerca da guerra centrada em FOpEsp, no período de 2001 a 2002, no Afeganistão.

Para atingirmos nosso propósito, organizaremos a pesquisa em três capítulos de desenvolvimento. No segundo capítulo, apresentaremos a definição de insurgência segundo Galula, a evolução histórica da contrainsurgência e o modelo teórico de David Galula no que concerne à contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”.

No terceiro capítulo, serão apresentados os dados relevantes, conseguidos a partir das pesquisas, acerca do emprego de forças de operações especiais na Segunda Guerra do Afeganistão. No quarto capítulo, apresentaremos uma comparação entre a teoria de Galula e o *modus operandi* apresentado na guerra centrada em FOpEsp.

Finalmente, no quinto capítulo, exporemos a conclusão, indicando possíveis linhas de pesquisa futuras e a importância do assunto para possíveis desenvolvimentos da doutrina de guerra irregular na Marinha do Brasil (MB).

Passaremos agora a estudar como o modelo teórico de David Galula descreve a contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”.

³ Guerra de Contrainsurgência-Teoria e Prática (tradução nossa).

2 A TEORIA DE DAVID GALULA SOBRE A AÇÃO CONTRAINSURGENTE

A guerra é um fenômeno social composto de inúmeras variáveis e por isso envolto em grande complexidade. Nem por isso o homem deixou de estudá-la e tentar compreendê-la, a fim de evitar perdas humanas e alcançar seus objetivos políticos com o uso da força, ou seja, sair vitorioso.

Seguindo essa ideia e buscando uma teoria que servisse de referência, David Galula apresentou em sua obra um estudo detalhado acerca dessa peculiar forma de guerra, a guerra de contrainsurgência.

Neste capítulo, apresentaremos a teoria de David Galula sobre o movimento contrainsurgente (COIN), permitindo utilizá-la como instrumento de análise da guerra centrada em Forças de Operações Especiais (FOpEsp) norte-americanas e de seus aliados na Operação Liberdade Duradoura (Operation Enduring Freedom – OEF), no período de 2001 a 2002.

O enfoque será dado no que Galula chama de contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”, também tratada neste trabalho como contrainsurgência com o uso da força. Seus princípios e leis servirão de base para a comparação com a realidade, a fim de verificarmos o questionamento levantado por este trabalho, qual seja, se a guerra centrada em FOpEsp na Segunda Guerra do Afeganistão, no período de 2001 a 2002, teve aderência ao modelo teórico de David Galula.

Galula nasceu na Tunísia em 1919 e era filho de um cidadão francês. Passou a maior parte de sua mocidade em Casablanca, Marrocos. Optou pela carreira militar no Exército Francês, formando-se em 1940 na Academia Militar Francesa de Saint-Cyr. Lutou no teatro Europeu durante a Segunda Guerra Mundial (1935 – 1945). De 1945 a 1958 foi destacado para a China e posteriormente foi movimentado para Grécia onde foi observador militar das Nações Unidas, por dezoito meses (GALULA, 1966).

Nos cinco anos seguintes, serviu em Hong Kong como Adido Militar. De 1956 a 1958, conseguiu importantes experiências na guerra contrainsurgência servindo na Argélia. Como podemos observar, o autor possui uma vasta experiência no assunto apresentado, alcançada especialmente nas suas comissões na China, na Grécia, no Sudeste da Ásia e na Argélia (GALULA, 1964).

O capítulo será dividido em três seções principais, uma apresentando os conceitos e uma breve evolução histórica da insurgência, um segundo tratando especificamente da Guerra de contrainsurgência com o emprego da força, que se subdividirá em seções acerca dos princípios e leis ligados a contrainsurgência na guerra revolucionária “quente” e, por fim, uma seção tecendo conclusões parciais.

A seguir serão apresentados conceitos e um breve resumo da evolução histórica dos movimentos insurgentes.

2.1 Conceito e evolução histórica da Insurgência

Nesta seção, será apresentada a definição de insurgência segundo a obra de David Galula. Além disso, será descrito um breve histórico das insurgências.

Galula (1966) define Insurgência como sendo “uma luta prolongada, levada a efeito metodicamente, paulatinamente, a fim de se alcançar objetivos intermediários específicos que levem finalmente à derrubada da ordem vigente”⁴ (GALULA, 1964, p. 4, tradução nossa).

A insurgência assumiu muitas formas ao longo da história. Os movimentos insurgentes incluíram lutas pela independência contra as potências coloniais, o surgimento de grupos étnicos ou religiosos contra seus rivais e resistência aos invasores estrangeiros. Aqueles

⁴No original: “On the other hand, an insurgency is a protracted struggle conducted methodically, step by step, in order to attain specific intermediate objectives leading finally to the overthrow of the existing order.”

que se propõem a estudar a Contrainsurgência (COIN) devem inicialmente, entender as circunstâncias específicas e a situação particular de cada movimento.

A história nos mostra quão variada e adaptável pode ser esta forma de guerra e porque para o total entendimento do assunto não podemos nos concentrar somente nas armas para combater os insurgentes.

As Insurgências tem sido comuns ao longo da história, mas especialmente desde o início do século XX. A turbulência da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e suas consequências produziram inúmeras guerras internas. Nesse período, esses movimentos tiveram, geralmente, mais propósitos revolucionários (EUA, 2006).

Trotsky e Lenin tomaram o poder na Rússia (1917) e depois defenderam o novo regime contra os contrarrevolucionários. A tomada bolchevique da Rússia demonstrou uma abordagem conspiratória para derrubar um governo; ela gerou um movimento comunista que apoiou mais "guerras de libertação nacional" (EUA, 2006).

A “era moderna” de insurgências e guerras internas começou após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Muitos movimentos de resistência contra a ocupação alemã e japonesa continuaram após a derrota do Eixo em 1945. À medida que o nacionalismo aumentava, os poderes imperiais declinavam. Motivados pelo nacionalismo e pelo comunismo, os povos começaram a conduzir ao poder governos considerados mais sensíveis às suas necessidades (EUA, 2006).

O desenvolvimento tecnológico de armas cada vez mais letais e portáteis aumentou dramaticamente o poder de fogo disponível para os grupos insurgentes. Tão importante quanto esses avanços armamentistas foi o aumento da capacidade da mídia de se aproximar dos conflitos e transmitir imagens local e globalmente (EUA, 2006).

Além da mídia certamente a Internet e meios de armazenamento e captação de imagens compactos tornaram-se mais importantes nos últimos anos.

Recentemente, as ideologias baseadas em formas extremistas de identidades religiosas ou étnicas veem ganhando espaço em relação às ideologias baseadas em ideais revolucionários, definindo o perfil dos combatentes mais perigosos nessas novas guerras de insurgência (EUA, 2006).

A interconexão da tecnologia e da informação são novos aspectos dessa onda contemporânea de insurgências. Usando a Internet, insurgentes agora podem ligar-se virtualmente com grupos aliados em todo um Estado, uma região e até mesmo o mundo inteiro.

Atualmente, ainda ocorre a situação de insurgentes se juntarem, somando forças de organizações dispersas com objetivos comuns, mas motivações diferentes e nenhum órgão central de controle, o que torna difícil identificar líderes (EUA, 2006).

O ambiente operacional de hoje também inclui um novo tipo de insurgência, que busca impor mudanças revolucionárias que vão além das fronteiras de um único Estado. A Al-Qaeda é um exemplo bem conhecido de tal insurgência. O movimento busca transformar o mundo islâmico e reordenar suas relações com outras regiões e culturas. Além disso, é notável a disposição dos seus membros de executar ataques suicidas para atingir seus fins.

Embora as comunicações e tecnologias utilizadas para este esforço sejam muitas vezes novas e modernas, os ilícitos e métodos para promovê-los não são. Como em outras insurgências, o terrorismo, a subversão, a propaganda e a guerra aberta são as ferramentas de tais movimentos. Hoje, esses métodos comprovados pelo tempo foram aperfeiçoados pela munição de precisão e por ataques suicidas de extremistas.

Derrotar tais inimigos requer uma resposta global, tanto no nível estratégico, com o combate à matriz de recursos vinculados e os conflitos que sustentam esses movimentos, quanto no nível operacional e tático, abordando os ilícitos locais que os fortalecem (EUA, 2006).

Mesmo com toda evolução é possível observar que a definição e bases teóricas de David Galula servem de referência para os estudos acerca da contrainsurgência até os dias atuais. Além disso, mesmo com essas evoluções, os métodos de ações insurgentes continuam seguindo os mesmos modelos, com o uso do terrorismo, da subversão, da propaganda e da guerra aberta, entre outros.

Vale destacar que a insurgência assumiu, em alguns casos, um aspecto transnacional com extremistas de identidades religiosas ou étnicas, com ações almejando transformações e a derrubada da ordem vigente em mais de um país, como no exemplo citado da Al-Qaeda.

A seguir, passaremos a apresentar as leis e princípios da contrainsurgência segundo David Galula.

2.2 O emprego da força na Guerra de Contrainsurgência

Nesta seção, apresentaremos, de maneira sucinta os princípios e leis descritos por Galula em sua obra.

Na contrainsurgência sem o uso da força, ou seja, sem enfrentamentos ou ações ilegais, os contrainsurgentes encontram diversas dificuldades para identificar os insurgentes, sua articulação e subversão⁵.

Já na fase da contrainsurgência com o emprego da força, o nevoeiro moral dissipa-se mais cedo ou mais tarde e o inimigo torna-se mais visível, sendo mais fácil justificar as medidas repressivas (GALULA, 1964).

⁵ Forma de guerra irregular baseada em ações essencialmente psicológicas, diretas e indiretas, ostensivas e cobertas, legais ou clandestinas, armadas ou não, concebidas e conduzidas com o propósito de obter o enfraquecimento da estrutura psicossocial, política, econômica, científico-tecnológica e militar de um determinado regime, ao mesmo tempo em que depende esforços para difundir o proselitismo da organização militante e atrair para si, de forma progressiva, o apoio popular (BRASIL, 2015, p. 261).

Na seção a seguir, iniciaremos o estudo acerca dos princípios e leis da contrainsurgência com o uso da força.

2.2.1 *Princípio dos Limites da Ação Convencional*

Na guerra convencional, o objetivo é a conquista do território inimigo ou locais de importância operativa e a destruição de suas forças. No caso da guerra de contrainsurgência, essa definição de território inimigo é extremamente mascarada por sua presença mesclada à população. Além disso, sua característica irregular faz com que ele possa estar, ao mesmo tempo, em todo lugar e em nenhum lugar.

A destruição efetiva das forças insurgentes exige que elas sejam localizadas e tempestivamente combatidas. No entanto sua fluidez, advinda de seu *modus operandi*, que se utiliza de pequenas frações e da técnica de se imiscuir à população local, dificultam sua detecção somente com a observação direta, exigindo um grande esforço de inteligência (GALULA, 1964).

Por conseguinte, a inteligência é a principal fonte de informação sobre os insurgentes e deve contar com o apoio da população, que para colaborar deverá se sentir segura para tal, o que não acontece enquanto o poder do insurgente a oprimir (GALULA, 1964).

Além da dificuldade de detecção, as forças insurgentes possuem grande mobilidade, contribuindo ainda mais com a sua fluidez na área de operações. Ao localizar os focos insurgentes as tropas contrainsurgentes vivem um dilema, atacar com o efetivo existente que pode ser menor que o necessário ou tenta reunir forças maiores, trazendo perda de tempo de, provavelmente, a perda da surpresa (GALULA, 1964).

Nesse princípio, Galula apresenta a característica fluida do insurgente, por operar geralmente, em pequenas frações, aproveitar-se da ocultação ao se misturar à população local e por sua mobilidade, tornando-o capaz de evadir-se rapidamente quando detectado.

Por causa dessas características, o teórico apresenta que há um limite no emprego de ações convencionais, ou seja, aquelas que buscam conquistar o território inimigo e a destruição de suas forças. Ressalta, ainda, a grande importância da inteligência e de respostas rápidas para desgastar os insurgentes.

A seguir, veremos o princípio que descreve que o método insurgente não é eficaz para o contrainsurgente.

2.2.2 O método insurgente não serve ao contrainsurgente

O primeiro aspecto abordado por Galula nesse princípio apresenta o desbalanceamento de forças insurgentes e contrainsurgentes. Nas palavras do autor, “o contrainsurgente possui força congênita; para ele adotar o método insurgente seria o mesmo que um gigante querer manter-se em roupas de anão.”⁶ (GALULA, 1964, p. 54, tradução nossa).

Dessa forma, para utilizar todo seu potencial militar, o COIN não pode simplesmente utilizar o mesmo *modus operandi* dos insurgentes, precisa se estabelecer firmemente na área de operações e conquistar a confiança da população.

Isso não quer dizer que o COIN não possa utilizar-se de ações de pequenas frações, ações “cirúrgicas” ou sabotagens, contudo elas não serão capazes de vencer a guerra sem as tropas convencionais.

⁶ No original: “The counterinsurgent is endowed with congenital strength; for him to adopt the insurgent’s warfare would be the same as for a giant to try to fit into a dwarf’s clothing.”

O segundo aspecto abordado foi o da clandestinidade. Mais uma vez, ao buscar essa técnica insurgente o contrainsurgente pode limitar o uso de seu poderio militar e talvez tenha desvantagens por ainda não ter conquistado a confiança da população na qual tentará se imiscuir.

Um terceiro aspecto é a utilização do terrorismo pelo COIN. Galula comenta que o grande objetivo dessa técnica é causar a desordem e que este efeito é exatamente o que o COIN deseja evitar (GALULA, 1966).

Não é difícil concluir que os métodos insurgentes não se aplicam aos COIN. No entanto, as técnicas convencionais de combate também se mostram inadequadas a essa complexa modalidade de conflito. Desse modo, cabe à força contrainsurgente utilizar a doutrina específica para esse tipo de guerra, que advém de diversos conflitos ocorridos por todo o mundo, tendo uma especial atenção ao estudo antropológico e sociológico da população presente na área de operações.

Na próxima seção será descrita a primeira lei da contrainsurgência com o uso da força.

2.2.3 Primeira Lei: O apoio da população é tão necessário para o contrainsurgente quanto para o insurgente

Nessa primeira lei Galula, destaca-se a importância da população como um objetivo tanto para insurgentes como para contrainsurgentes.

Mesmo logrando êxito no enfrentamento militar, o COIN poderá não ser efetivo caso não conquiste o apoio da população. Isso ocorre porque os insurgentes poderão rearticular as unidades guerrilheiras e reorganizar as células políticas. A única forma de impedir que isso ocorra é com a cooperação da população (GALULA, 1964).

Dessa forma, a primeira lei apresenta a importância da conquista de “corações e mentes” da população e conseqüentemente o seu apoio. Somente assim, pode-se vencer efetivamente este inimigo tão fluido e multifacetado que é o insurgente. Da mesma forma, o insurgente buscará esse apoio da população, por saber que isto é fundamental para o êxito de sua causa.

Na seção a seguir, veremos a segunda lei que descreve a importância de se conquistar o apoio da população por meio da minoria ativa.

2.2.4 Segunda Lei: o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa

A segunda lei deriva também vai tratar da busca pelo apoio da população. Galula descreve que nas diversas insurgências, qualquer que seja a causa, haverá uma minoria ativa a favor da causa, uma maioria neutra e uma minoria ativa contra a causa. (GALULA, 1964).

A técnica proposta pela lei consiste em confiar na minoria favorável a causa, a fim de conquistar a maioria neutra e eliminar a minoria hostil. Dessa forma, Galula define em sua obra o problema estratégico do COIN como sendo encontrar uma minoria favorável, organizá-la a fim de mobilizar a população contra a minoria insurgente (GALULA, 1964).

Conclui-se que a busca pela aliança com a minoria favorável é fundamental para a conquista do apoio população, ou seja, a maioria neutra tornar-se favorável e a minoria hostil ser neutralizada. Para isso, toda as operações, seja no campo militar, político, social, econômico ou psicológico devem buscar atingir este objetivo.

Na próxima seção descreveremos o princípio de Galula que define como a vitória é alcançada efetivamente na contrainsurgência.

2.2.5 A Vitória do Contrainsurgente

A simples destruição em uma determinada área da força insurgente e sua organização política não são garantias de vitória ao contrainsurgente. Isso ocorre porque, mesmo com essa destruição, a força poderá ser recriada localmente por outra parcela de insurgentes (GALULA, 1964).

A vitória efetiva ocorre com a destruição das forças e organizações políticas somadas ao isolamento da localidade dos insurgentes, não por imposição à população, mas mantida com o apoio da mesma (GALULA, 1964).

Dessa forma, observamos que a vitória efetiva na contrainsurgência precisa ser composta do êxito nas atividades militares, necessariamente, conjugado com o apoio da população para evitar o ressurgimento ou rearticulação dos insurgentes.

A seguir, será apresentada a terceira lei onde será apresentada a importância do COIN apresentar resultados, demonstrando vontade e capacidade, para conquistar o apoio da população.

2.2.6 Terceira lei: o apoio da população é condicional

Após o estabelecimento do domínio insurgente sobre a população, a minoria hostil a sua causa torna-se “invisível”. Alguns indivíduos dessa minoria foram eliminados fisicamente, servindo de exemplo a outros que pensem se opor, outros fogem para o exterior, a maioria é intimidada e esconde seus próprios sentimentos e misturam-se a população, além de, alguns poucos que chegam a se mostrar favoráveis à insurgência (GALULA, 1964).

A minoria hostil aos insurgentes não atuará enquanto a ameaça não for afastada a um ponto razoável. A partir de sua atuação, essa minoria só conseguirá cooptar o grosso da

população quando esta se convencer que os COIN possuem a determinação, os meios e a capacidade de vencer (GALULA, 1964).

Dessa forma, as ações políticas efetivas sobre a população devem ser precedidas por operações militares contra unidades guerrilheiras e contra organizações políticas insurgentes. O COIN precisa de êxitos convincentes, o mais breve possível, a fim de demonstrar que possui a determinação, os meios e a capacidade de vencer (GALULA, 1964).

Esta lei apresenta conceitos muito relevantes na análise do planejamento do COIN. É fundamental mostrar resultados militares no início do conflito, com reduzidos danos colaterais, buscando a conquista do apoio, inicialmente, da minoria hostil e, posteriormente, da maioria neutra da população. Tais resultados iniciais contribuirão para a importante valoração de vontade e potencial do COIN por parte da população local.

Na próxima seção, será apresentada a quarta lei. Ela disserta sobre a necessidade de não se dispersar a tropa COIN, a fim de possibilitar uma maior concentração de forças e assim realizar ações efetivamente mais eficientes e eficazes, permitindo mostrar ao insurgente e a população a vontade de lutar e sua capacidade bélica.

2.2.7 Quarta lei: a intensidade do esforço e a magnitude de meios são essenciais

Como vimos anteriormente, o esforço para afastar a ameaça insurgente da maioria neutra e para convencê-la de que o COIN acabará por vencer, são de natureza intensiva e de longa duração, exigindo uma grande concentração de esforços, recursos e pessoal (GALULA, 1964).

Em virtude dessa concentração exigida, Galula comenta que o COIN não deve diluir-se por todo o Teatro de Operações, devendo aplicar suas forças sucessivamente, área por área (GALULA, 1964).

Dessa forma, não se deve arriscar fracionar a sua força por todo o Teatro de Operações e perder a capacidade local necessária para que ocorra uma grande concentração de esforços, recursos e pessoal, a fim de convencer a população acerca de sua superioridade e determinação pela vitória.

Na seção que se segue serão expressas as conclusões parciais.

2.3 Conclusões parciais

As insurgências têm ocorrido desde que se iniciaram as disputas por poder na humanidade. No entanto, com a evolução bélica e da comunicação social, houve uma revolução nas ferramentas utilizadas pelos insurgentes no enfrentamento militar e na conquista do apoio da população.

Mesmo com toda evolução, é possível observar que as definições e bases teóricas de David Galula servem de referência para os estudos acerca da contrainsurgência até os dias atuais. Além disso, os métodos de ações insurgentes continuam seguindo as mesmas técnicas, com o uso do terrorismo, da subversão, da propaganda e da guerra aberta, entre outros.

Vale destacar, que a insurgência assumiu, em alguns casos, um aspecto transnacional. Neste caso, os insurgentes, em geral, são extremistas de identidades religiosas ou étnicas.

No primeiro princípio, fruto da característica fluida do insurgente, o teórico descreve que há um limite no emprego efetivo de ações convencionais, ou seja, aquelas que buscam conquistar o território inimigo e a destruição de suas forças. Ressalta a relevante importância da inteligência e de respostas rápidas para desgastar os insurgentes.

No segundo princípio Galula nos descreve porque o método do insurgente não serve ao COIN. O princípio descreve que a clandestinidade ou ações de guerrilha impedem a força

contrainsurgente de utilizar todo seu potencial bélico e assim conquistar o apoio da população ao demonstrar sua capacidade e vontade de vencer.

Na primeira lei, foi apresentada a importância da conquista de “corações e mentes” da população e conseqüentemente a sua confiança, conquistando seu apoio. Somente assim, pode-se vencer efetivamente um inimigo de características tão fluidas. Da mesma forma, o insurgente buscará esse apoio da população por saber que isto é fundamental para o êxito de sua causa.

Na segunda lei, o autor apresentou que a busca pela aliança com a minoria favorável é fundamental para a conquista da população, ou seja, para que a maioria neutra se torne favorável e a minoria hostil seja neutralizada.

No princípio da “vitória na contrainsurgência”, observamos que a vitória efetiva na contrainsurgência precisa ser composta do êxito nas atividades militares conjugado com o apoio da população para evitar o ressurgimento ou rearticulação dos insurgentes.

Na terceira lei, foram apresentados conceitos muito relevantes na análise do planejamento do COIN. Dentre eles que é fundamental mostrar resultados militares no início do conflito, buscando reduzidos danos colaterais, e assim, conquistar o apoio da maioria neutra da população. Esses resultados iniciais contribuirão para a demonstração da vontade e potencial do COIN.

Na quarta lei, Galula comenta que é necessário concentrar a sua força para convencer a população acerca de sua superioridade e determinação pela vitória.

O capítulo a seguir descreverá o conflito e suas peculiaridades para que possa ser comparado a teoria de David Galula.

3 O EMPREGO DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NA GUERRA GLOBAL AO TERROR NO AFGANISTÃO (2001 – 2002)

O conflito deflagrado, após os ataques de onze de setembro de 2001, pelos norte-americanos, chamada de “Guerra Global ao Terror”, foi além do confronto militar. Por isso, eram necessárias tropas capazes de compreender o viés político e a importância da conquista do apoio da população local.

Além disso, surgiu uma necessidade urgente de rever conceitos doutrinários, reformular a educação militar, fomentar um novo tipo de liderança, repensar influências culturais nativas no curso das operações militares e assegurar as Forças Armadas a capacitação compatível com as novas exigências táticas, operacionais e estratégicas (VISACRO, 2009).

Ampliando os dados históricos e psicossociais relacionados ao conflito, pode-se consultar o APÊNDICE A – Síntese dos antecedentes histórico e o APÊNDICE B – Síntese do ambiente operacional do Afeganistão.

Na primeira seção discorreremos acerca da Guerra baseada em Forças de Operações Especiais desenvolvida na Operação Liberdade Duradoura (OEF), no período de 2001 a 2002, mostrando como essa tropa pôde dar uma pronta resposta a esse complexo conflito deflagrado, e por fim, uma segunda seção apresentaremos as conclusões parciais.

Na seção a seguir, iniciaremos a análise da Guerra centrada em Força de Operações Especiais no Afeganistão, no período de 2001 e 2002.

3.1 A Guerra de Forças de Operações Especiais

Para ganhar a “guerra ao terror”, os norte-americanos precisariam buscar uma forma diferente de conduzi-la. Seus grandes contingentes do Exército e de Fuzileiros Navais,

com seus meios altamente tecnológicos, talvez não fossem adequados à um inimigo que buscava evitar as forças estadunidenses, porém queriam permanentemente atingir as fraquezas do Estado.

Dessa forma, as Forças Armadas norte-americanas teriam que mudar a maneira de pensar e lutar, o que não seria fácil para uma força consagrada pelo uso da massa e da tecnologia e que se especializou em guerras convencionais.

Mesmo com a percepção da mudança de perfil do inimigo, o fator determinante para o emprego de Forças de Operações Especiais no conflito foram as dificuldades logística.

Como o Afeganistão não possui costa marítima, os suprimentos de todas as classes precisariam ser transportados por navios até o Golfo Pérsico, o Paquistão e a ilha Britânica de Diego Garcia, no oceano indico e posteriormente conduzido por aeronaves ao solo Afegão. Já no Afeganistão, as forças estadunidenses dispunham somente de uma precária rede de rodovias para transportar seus suprimentos por caminhões. Todo esse esforço logístico ficou conhecido como “Guerra da FedEx” (JORGE, 2009) (FIG.1, ANEXO A).

Soma-se a isso o problema do transporte de tropas para o TO. Como a resposta aos ataques precisava ser rápida, a mobilização e transporte de tropas convencionais levaria muito tempo para realizar seus deslocamentos marítimos e aéreos, a partir da disponibilidade de meios, esse processo talvez só pudesse ser totalmente realizado em um período de um ano (DUNNIGAN, 2008).

Corroborando esse problema logístico havia o fator psicossocial dos afegãos não gostarem de estrangeiros armados em seu território. Uma forma inteligente de enfrentar esse novo tipo de inimigo era não provocar as idiossincrasias da população local, com o risco de ampliar as fileiras inimigas (DUNNIGAN, 2008).

Destarte, a solução encontrada pelo governo Bush, assessorado pelo secretário de defesa Donald Rumsfeld para as dificuldades expostas acima, ficou conhecida como o “novo

modo de guerra norte-americano”, considerado por James F. Dunningan como a “primeira guerra de comandos” (DUNNIGAN, 2008, p. 247). Iniciava-se a Operação Liberdade Duradoura (Operation Enduring Freedom – OEF).

A seguir descreveremos algumas das características desse novo modo de guerra centrada nas Forças de Operações Especiais.

3.1.1 Apoio de fogo aéreo

Antes de onze de setembro, apenas alguns agentes da CIA e uns poucos militares de operações especiais encontravam-se no Afeganistão. No entanto, as primeiras unidades do Exército dos EUA pisaram no campo de batalha em 20 de outubro de 2001. Uma operação recebeu grande destaque na mídia. Foi um ataque dos *Rangers* e de operadores da Força Delta a um complexo do Talibã e a um campo de aviação na cidade de Kandahar, na região sul do Afeganistão (DUNNIGAN, 2008).

Apesar do destaque dado à essa ação, ela não se compara em importância à infiltração por helicóptero e início das ações de duas equipes de Forças Especiais, ocorrida na noite daquele dia (DUNNIGAN, 2008). As duas equipes foram juntar-se à Aliança do Norte⁷, para treiná-los e combater ao seu lado, uma ao norte da cidade de Mazar-I-Sharif e outra no Vale Panjit (FIG.1, ANEXO A). Essas equipes trouxeram algumas habilidades linguísticas e pequenas armas. E o mais importante, trouxeram a capacidade para dirigir o uso de bombas inteligentes transportadas por aviões de guerra em geral.

⁷ Grupo de organizações armadas que resistiam à dominação do Talibã. Possuem a denominação genuína de Shura Nazar e são conduzidas por diversos líderes militares das etnias tadjique, usbeque e hazara que não tinham envolvimento com a ortodoxia islâmica radical do pashtun Talibã. A Aliança do Norte recebia apoio material do Irã, da França e, ironicamente, da Rússia (MALONEY, 2007).

As tropas de Forças Especiais dos EUA, operando junto à Aliança do Norte, estavam em constante comunicação com as aeronaves militares que permaneciam em condições de realizar ataques ao solo quando a resistência Talibã fosse encontrada (DUNNIGAN, 2008).

Além disso, as bombas de 900Kg, que na Segunda Guerra Mundial (1935 – 1945) se mostraram eficazes contra construções, exceto fortificações com estruturas de concreto muito grossa (o Talibã não as possuía e nem havia tempo e recursos para construí-las), estavam destruindo os *bankers* e trincheiras do Talibã. O problema de precisão encontrado no passado, foram resolvidos com as bombas inteligentes, que trouxeram uma precisão inicial de 25m em mais de 95% dos lançamentos (DUNNIGAN, 2008).

Essa precisão se deve à utilização do Sistema de Posicionamento Global (GPS) ou pela guiagem por designadores laser de tropas em terra. Esses recursos fizeram crescer a precisão, tendo como consequência a redução da quantidade de bombas para o cumprimento de uma missão, já que o índice de acerto era muito maior.

Além disso, havia a possibilidade de uma maior aproximação das equipes em terra que estavam realizando a tarefa de guiar o apoio de fogo aéreo sobre o alvo. Isso ocorreu porque, com o aumento da precisão, as tropas precisaram de uma distância menor de segurança, a fim de não sofrerem influência das bombas lançadas. Por estar tão próximo (até cerca de 500m do alvo inimigo), as tropas poderiam movimentar-se rapidamente e alcançar a posição inimiga antes que ele pudesse pedir reforço (DUNNIGAN, 2008).

Um outro problema solucionado foi o da necessidade de o ataque aéreo ocorrer com voos a baixa altitude a fim de garantir a precisão dos mesmos. Com as bombas inteligentes, os grandes bombardeiros (como B-52 ou B-1), podiam voar bem alto, fora do alcance das armas, foguetes e mísseis portáteis do inimigo (DUNNIGAN, 2008).

Assim, as forças de operações especiais e as aeronaves de ataque levando as bombas inteligentes, causaram grande desgaste ao Talibã e à Al-Qaeda, neutralizando tropas

entrincheiradas, meios motorizados e meios blindados. A única medida defensiva que restou foi o desdobramento em pequenos grupos bem entrincheirados e dispersos por uma área bem ampla. Isso exigiria que eles fossem destruídos aos poucos e demonstrava que a eficiência das bombas inteligentes levou o Talibã e a Al-Qaeda a buscar um *modus operandi* que reduzisse esse êxito.

Na seção a seguir veremos como as forças de operações especiais buscaram o apoio da Aliança do Norte e da população Afegã, na importante tarefa de conquistar “corações e mentes”.

3.1.2 Conquistando “corações e mentes” da Aliança do Norte e da população neutra

Forçados pela complexa situação logística, as autoridades, céticas em empregar esse novo modo de guerra, viram-se obrigados a empregar as forças de operações especiais para que fosse possível dar uma pronta resposta aos ataques da Al-Qaeda. Por outro lado, o Comando de Operações Especiais dos EUA (*Special Operations Command – SOCOM*) e a CIA tinham a convicção que aquela guerra precisaria de tropas com as habilidades políticas certas para trabalhar com os Afegãos e evitar danos colaterais.

Desde 11 de setembro de 2001, o SOCOM era o comando militar que já sabia o que fazer naquele conflito. Possuía equipes de Forças Especiais com experiência na língua local e aprestadas para o combate. Assim, em 20 de outubro as equipes de Forças Especiais 534 e 595 foram infiltradas ao norte do Afeganistão com seus equipamentos de telefonia satelital, para possibilitar o contato com o escalão superior, permitindo que houvesse Comando e Controle, além dos equipamentos específicos para comunicações com as aeronaves de ataque, uma prioridade naquele “novo” modo de guerra norte-americano (DUNNIGAN, 2008).

Apresentaremos nas seções a seguir as principais técnicas, táticas e procedimentos (TTP) empregados na conquista do apoio da Aliança do Norte e da população afegã.

3.1.2.1 A impressionante precisão das “bombas inteligentes”

Além do domínio da língua local e do perfeito conhecimento da cultura, um fato de grande impacto nos Afegãos foi a capacidade e a precisão dos bombardeios com “bombas inteligentes” norte-americanas.

Vale destacar que os afegãos não são fanáticos no que diz respeito a guerra, sendo costume mudar de lado se está óbvio que vai perder. Não há vergonha ligada a isso. Uma vez que as Forças Especiais deixaram claro o que as “bombas inteligentes” poderiam fazer, muitos combatentes afegãos do Talibã fizeram a opção por mudar de lado e juntar-se a Aliança do Norte, render-se ou apenas ir para casa (DUNNIGAN, 2008).

Na próxima seção veremos como o uso de vestimentas semelhantes as locais também contribuíram para conquista do apoio afegão.

3.1.2.2 Vestindo-se como a população local

Outro fator que serviu para reforçar os laços das FOpEsp com a Aliança do Norte e com a população foi o fato de se vestirem e se caracterizarem como afegãos (principalmente com o uso de barba longas). Essa característica além de servir como uma camuflagem, dificultando a detecção por parte do talibã e da Al-Qaeda, serviu para reduzir a sensação de ocupação de uma força militar estrangeira naquele território, fato que desagradava muito o povo afegão (DUNNIGAN, 2008).

Dessa maneira, houve uma melhor integração das FOpEsp e a Aliança do Norte, além de ter servido como um fator facilitador para o contato inicial e conquista do apoio da população local.

A seguir descreveremos como o poder do dinheiro auxiliava na conquista de apoios militares e da população.

3.1.2.3 O financiamento do apoio

Ainda como forma de conquistar o apoio militar de lideranças afegãs, o suborno algumas vezes valeu mais que o uso de bombas. Os Britânicos já haviam percebido há mais de um século que os afegãos não poderiam ser “comprados”, mas podiam ser “alugados”, isso quer dizer que mediante pagamento um líder guerreiro e seus combatentes poderiam mudar de lado a defender, o chefe era o responsável por recursos para cuidar dos seus guerreiros (DUNNIGAN, 2008).

O próprio Talibã havia usado suborno para derrotar os líderes militares da Aliança do Norte. Como os afegãos sabiam que os EUA possuíam muito mais recursos, houve muitas negociações e uns US\$ 70 Milhões foram gastos nesse início da campanha. Chegando em novembro e dezembro de 2001, mais forças pró-Talibã foram mudando de lado.

Os recursos financeiros eram um instrumento muito eficiente para encorajar os líderes da Aliança do Norte a engajarem em novas batalhas. Além disso, esses aliados locais também criavam uma expectativa de ajuda estrangeira para sua estabilização.

Como exemplo, antes de 11 de setembro o orçamento norte-americano destinado como ajuda ao Afeganistão era de cerca de US\$ 2,9 milhões, após os ataques terroristas, a ajuda autorizada, para a Aliança do Norte e seus sucessores aumentou para US\$ 278 milhões. O

problema passou a ser como distribuir esses recursos evitando que “desaparecessem” em alguns bolsos e depois para contas bancárias estrangeiras, fruto da corrupção (DUNNIGAN, 2008).

Como forma de coibir os desvios desses recursos, utilizavam-se os Batalhões de Assuntos Cíveis⁸ para aplicá-los em trabalhos públicos como, construção e reparo de rodovias e serviços de utilidade pública, que pudessem ser fiscalizados e empregassem grande quantidade de mão de obra e trouxesse uma grande benfeitoria para a população local.

O dinheiro apresentou-se como uma excelente ferramenta de convencimento, algumas vezes mais eficiente que as bombas e munições. Entretanto, são necessários soldados treinados para realizar as negociações. Não que as tropas das FOpEsp tivessem um treinamento específico para realizar subornos, mas tinham perfeito conhecimento de como esta ferramenta funcionava e de como tirar o máximo de proveito dela.

A seguir veremos como o uso da guerra psicológica⁹ e demais ferramentas das operações de informações contribuíram para a conquista de “corações e mentes”.

3.1.2.4 A Guerra Psicológica

A guerra psicológica foi uma arma muito importante do conflito e tinha como suas principais tarefas o desgaste do moral inimigo, a conquista do apoio do povo afegão, o fomento à repudia da população à presença de terroristas no Afeganistão e a promoção da paz após a saída do Talibã do poder (DUNNIGAN, 2008).

⁸ Conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo (BRASIL, 2015, p. 39).

⁹ Emprego de ações psicológicas destinadas a gerar emoções, atitudes ou comportamentos em grupos inimigos e hostis, com o objetivo de combalir seu ânimo, destruir o moral ou levá-los à rendição; e em grupos neutros, com a finalidade de colocá-los contra os objetivos nacionais do inimigo ou a favor dos próprios objetivos nacionais (BRASIL, 2007, p. 126).

Para concretizar essas tarefas, a capacitação das tropas da FOpEsp foi fundamental, porém outras ferramentas foram utilizadas para esse fim.

Além do treinamento das Forças Especiais para trabalhar com a cultura local, também foram treinadas para usar a psicologia ao lidar com os afegãos. Suas equipes possuíam dois paramédicos em sua constituição. Eles eram muito bons em tratamento de ferimentos e de doenças corriqueiras que os afegãos costumavam ter. Com isso, prestavam, sempre que possível, esse apoio de saúde nos locais onde estivessem operando, o que contribuía muito para a “conquista de corações e mentes” (DUNNIGAN, 2008).

Essas equipes mantinham uma postura humilde e respeitosa com relação ao povo e sempre reforçavam que estavam no Afeganistão para capturar os terroristas que mataram tantos norte-americanos em 11 de setembro de 2001. Dessa forma, os primeiros a desencadear campanhas de operações psicológicas¹⁰ foram as próprias equipes de Forças Especiais.

Outro vetor que contribuiu com essa campanha foram as tropas de assuntos civis, que começaram a atuar no Afeganistão no final de 2001. Como sua tarefa era ajudar aos civis a viverem melhor, com o foco no apoio às tropas norte-americanas e aliadas, ajudou a ampliar a ideia de que os estrangeiros poderiam ser bons e confiáveis, assim podendo ser tolerados.

Os produtos específicos de operações psicológicas iniciaram com os lançamentos de bombas-folheto, elas eram de fibra de vidro e se rompiam no ar e lançavam 50 mil folhetos ou mais com diversas mensagens. Os EUA começaram a lançá-los em 7 de outubro de 2001. Uma semana depois cerca de 385.000 foram lançados nas regiões habitadas por *pashtuns* no leste do Afeganistão (DUNNIGAN, 2008).

Além de folhetos, alimentos foram lançados por aeronaves, em especial nas áreas atingidas por muita fome fruto de uma estiagem que já era superior a três anos. Assim, eram

¹⁰ Operações que incluem as ações psicológicas e a guerra psicológica e compreendem ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em grupos - inimigos, hostis, neutros ou amigos - emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de objetivos nacionais (BRASIL, 2015).

lançadas refeições prontas e suas instruções de uso, possibilitando a conquista do apoio dessa parcela tão carente da população.

Uma outra ferramenta utilizada foram transmissões de rádio locais (*broadcasting*), por aeronaves. Folhetos foram lançados onde constavam as frequências dessa rádio local. Essas rádios já não sofriam com a concorrência Talibã uma vez que os bombardeios norte-americanos já haviam atingido suas antenas de transmissão as neutralizando.

Ao estudarmos o conflito podemos perceber que os benefícios alcançados com a guerra psicológica são menos tangíveis que os de bombardeios ou ataques de tropas. No entanto, no Afeganistão, os esforços de guerra psicológica alcançaram um efeito notável. Isso se deveu em parte pelos aprendizados da campanha psicológica pouco exitosas na Guerra do Golfo (1991).

Isso fez com que as deficiências tenham sido percebidas e, no Afeganistão, fossem conduzidas por pessoas com uma melhor capacitação e que possuíam um conhecimento maior de que propagandas produziram efeito. Soma-se a isso o emprego das tropas de operações especiais, que são preparadas para usar as palavras e as ideias tão bem quanto as armas.

A seguir abordaremos as ações de reconhecimento e inteligência, atividades de suma importância para que se pudesse localizar e destruir o inimigo e para evitar ou reduzir danos colaterais.

3.1.3 A importância do Reconhecimento e da Inteligência

Logo após o êxito inicial dos ataques aéreo com “bombas inteligentes” o Talibã e a Al-Qaeda buscaram a dispersão por toda a região do conflito, dividindo-se em pequenos grupos e homiziando-se, muitas vezes em cavernas nas montanhas, além de buscarem estar bem entrincheirados.

Diante disso, observamos que cresceram de importância as atividades de reconhecimento e inteligência. Para combater o inimigo primeiro precisava-se encontrá-lo. E não havia tropa mais preparada que as de FOPEsp para lidar com essa realidade, inclusive como um dos componentes da inteligência humana e habilitados para realizarem reconhecimentos¹¹.

Isso fez crescer de importância a capacidade das FOPEsp em infiltrar-se, coletar informações, localizar alvos para os ataques aéreos e preparar emboscadas para as tropas do Talibã e da Al-Qaeda. Foram empregados centenas de elementos de operações especiais, da Força Delta, SEAL, SAS Britânico e contingentes de outras forças armadas. Normalmente infiltravam-se e retiravam-se por helicóptero e por vezes atravessavam o Estado Afegão em veículos leves artilhados e em outros veículos (DUNNIGAN, 2008) (FIG.2, ANEXO B).

Somando-se a essa capacidade de designação de alvos e análise de danos das tropas da FOPEsp, temos as aeronaves E-8 JOINT STARS, ou JSTARS (possui um radar capaz de rastrear veículos em terra) que realizaram reconhecimentos e designaram alvos para as aeronaves de ataque menores (FIG.3, ANEXO C)

Além das tropas de Operações Especiais e aeronaves tripuladas, um dos meios que mais se destacou, em especial em reconhecimento aéreo, em apoio à tropa terrestre foram as Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP).

Essa pequena aeronave sem piloto proporcionou à FOPEsp sua própria “força aérea” estando sempre pronta para realizar reconhecimentos aéreos em prol das ações de FOPEsp. Como velocidade é um fator essencial para o sucesso das tropas de operações

¹¹ O autor deste trabalho verificou, em um contexto de contrainsurgência, como comandante da Equipe de Comandos Anfíbios do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, no 11º Contingente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a importância das ações de inteligência e reconhecimento para detectar a Força Adversa e poder neutralizá-la. Essas ações muitas vezes precisaram ser indiretas, conquistando-se o apoio de colaboradores e mantendo-se uma especial atenção às suas características étnico-culturais. Para isso, foi de suma importância a preparação da equipe e a compreensão do escalão superior com as especificidades das ações que proporcionaram os resultados mais efetivos.

especiais, não precisar esperar que a Força Aérea realize uma missão de reconhecimento aéreo em apoio a sua ação, pode fazer a diferença entre fracasso e sucesso (DUNNIGAN, 2008).

Assim os avanços tecnológicos provocaram uma verdadeira “febre” pela utilização do ARP, com uma navegação, transmissão de dados e autonomia confiáveis ele se tornou uma ferramenta essencial as FOpEsp no Afeganistão, permitindo garantir a eficiência, a segurança das equipes e a redução de danos colaterais. Hoje, todos esses benefícios são alcançados a baixo custo, no entanto, agregando grande benefício.

Na seção a seguir apresentaremos uma conclusão parcial deste capítulo, o emprego de Forças de operações Especiais na Guerra de Contrainsurgência do Afeganistão (2001 – 2002).

3.2 Conclusões parciais

Neste capítulo pudemos constatar que a após os ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA iniciaram um conflito que demandou tropas com treinamento e perfil específicos para aquele estilo de guerra irregular¹², além de uma solução para o problema logístico.

Dessa forma, as Forças Armadas norte-americanas decidiram pôr em prática o que chamaram de “novo modo de guerra norte-americano”. Seriam empregados efetivos menores, porém muito bem treinados, do SOCOM, combinados à utilização do apoio de fogo aéreo.

Somou-se a isso o emprego de forças terrestres locais treinadas por equipes de Forças Especiais norte-americanas, normalmente, aliados da Aliança do Norte que participaram diretamente da localização e destruição dos grupos combatentes da Al-Qaeda e do Talibã.

¹² Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilhas, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão (BRASIL, 2015).

Em paralelo às ações militares, houve sempre a preocupação com a conquista do apoio de mais líderes militares e combatentes afegãos e da população local, fator primordial para esse tipo de conflito.

Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas várias técnicas, táticas e procedimentos, como os ataques das “bombas inteligentes”, funcionando como uma grande demonstração de poder, a utilização de vestimentas e da caracterização semelhante à do afegão, o emprego de operações psicológica e o financiamento de ajudas ou subornos visando a conquista do apoio.

Contudo, para combater era preciso chegar ao inimigo, para isso as ações de reconhecimento e inteligência das FOpEsp, além de aeronaves E-8 JSTAR foram de suma importância na descoberta desses alvos. No entanto, o vetor que inovou fazendo toda diferença foram os ARP, que funcionaram como a “Força Aérea” particular das FOpEsp, contribuindo decisivamente para o esforço de reconhecimento para descobrir posições inimigas homiziadas.

Por todos esses fatores, a Operação Liberdade Duradoura possibilitou a análise do emprego de tropas de Operações Especiais no contexto da Guerra Irregular, permitindo que no próximo capítulo façamos a comparação desta Guerra de FOpEsp com a teoria de contrainsurgência, especificamente a contrainsurgência com o uso da força.

No próximo capítulo abordaremos a comparação da teoria com a realidade apresentada neste capítulo.

4 COMPARAÇÃO DA TEORIA COM A REALIDADE DA GUERRA

Neste capítulo poderemos comparar a teoria de David Galula acerca da contrainsurgência com o uso da força, com a realidade estudada sobre o conflito centrado em Forças de Operações Especiais, na moldura temporal de 2001 a 2002.

Inicialmente faremos uma análise da guerra a fim de compará-la com algumas definições. Em uma segunda seção apresentaremos a análise comparativa dos princípios e leis da contrainsurgência com o uso da força, apresentados por Galula, com as diversas peculiaridades do emprego de FOpEsp na Segunda Guerra do Afeganistão, no período de 2001 a 2002. Por fim, apresentaremos um resumo parcial do capítulo.

A seguir iniciaremos pela seção que comenta sobre o enquadramento da campanha norte-americana como apoio a insurgência ou uma contrainsurgência transnacional.

4.1 Insurgência, Contrainsurgência e Guerra de 4ª Geração

Para Galula, a insurgência é uma luta prolongada e metodológica, com os objetivos intermediários específicos que levem finalmente à derrubada da ordem vigente.

Analisando somente a definição e a conjuntura logo após os ataques de 11 de setembro de 2001, poderíamos enquadrar as forças norte-americanas e seus aliados como uma força externa apoiando os insurgentes da Aliança do Norte a derrubar a ordem vigente que se tratava do governo do Talibã. Assim, eles não seriam definidos como contrainsurgentes, o que não se constitui em um problema para o estudo apresentado já que a proposta é verificarmos se a guerra centrada em FOpEsp é aderente a teoria de Galula, num escopo mais amplo de guerras irregulares.

No entanto, a análise norte-americana foi além das fronteiras do Afeganistão. Ao

perceber que a Al-Qaeda, apoiada pelo Talibã e com sua postura radical islâmica, de fato possuía um projeto transnacional de derrubar a ordem vigente baseada nos valores ocidentais, levou os norte-americanos a tratá-los como uma insurgência transnacional.

Essa análise é importante para entendermos que o Afeganistão não limitava, em termos do fator operacional espaço, as ações norte-americanas na “Guerra Global ao Terror”.

Vale mencionar que estudos publicados em 1989 na revista *Marine Corps Gazette e Military Review*, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, serviram para compreender um pouco mais aquela guerra. O estudo foi um esforço para antever a natureza e as características dos próximos conflitos e foram desenvolvidos por William S. Lind, os coronéis Keith Nightengale, Joseph Sutton, Gary Wilson e o capitão John Schmitt, que elaboraram uma classificação da guerra moderna, segundo as mudanças qualitativas em sua conduta tática (VISACRO, 2009).

Desse estudo, surge o conceito de “guerra de quarta geração” (*fourth generation warfare – 4GW*). Especula-se que cópias desses artigos teriam sido encontradas, por soldados norte-americanos, nas cavernas de Tora Bora no Afeganistão, que serviram de locais de esconderijo para militantes da Al-Qaeda (VISACRO, 2009).

Eles projetaram então o que seria a guerra de 4ª Geração e concluem que resultaria de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial (1948 – 1949). Junto aos Estados Nacionais, surgem novos atores de grande importância, organizações não estatais armadas, forças irregulares com diferentes objetivos: separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outras, cuja principal forma de atuação se baseia nas táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular.

Essas forças irregulares utilizam-se das vantagens que essas mudanças possam proporcionar, independentemente de suas diversificadas motivações político-ideológicas,

estruturas organizacionais, nível de apoio da população local, nível de capacitação militar e eventual suporte externo.

O estudo destacou, ainda, algumas características da 4GW: a perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de forças de efetivos bem reduzidos e independentes (ou células), que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação (VISACRO, 2009).

Além disso, com missão por efeito desejado e não por ação a empreender; essas pequenas forças poderão contar com um mínimo suporte de retaguarda, incluindo apoio logístico; mostrar-se-ão capazes de fazer um bom uso de sua liberdade de manobra, bem como de empregar o poder de combate do inimigo contra ele próprio, privilegiando a manobra e priorizando os objetivos psicológicos em detrimento dos objetivos físicos (VISACRO, 2009).

Apesar do estudo as forças norte-americanas ainda estavam focadas na guerra de manobra com o emprego da massa e confiavam plenamente em seu poderio bélico e em sua superioridade tecnológica.

Logo depois dos ataques de 11 de setembro precisaram rever sua doutrina e reler o estudo sobre a 4GW. Mesmo com tantos indícios claros de mudanças, pode-se perceber, atualmente, que a grande maioria dos profissionais militares, em função à ortodoxia e ao ceticismo de sua formação, são soldados de, no máximo, “segunda geração”. Em poucas forças armadas, predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucas as forças que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem uma guerra de quarta geração e, mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas fileiras (VISACRO, 2009).

Dessa forma, a Segunda Guerra do Afeganistão foi conduzida pelas forças armadas norte-americanas como uma contrainsurgência transnacional e demonstrou a maior parte das peculiaridades definidas para guerra de 4ª geração.

Na seção a seguir compararemos essa guerra com a teoria de David Galula, a fim de respondermos à pergunta proposta pelo trabalho: a guerra centrada em FOpEsp na Segunda Guerra do Afeganistão, no período de 2001 a 2002, teve aderência ao modelo teórico de David Galula considerando particularmente a contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”?

4.2 Comparação teoria de David Galula com a Realidade da guerra de FOpEsp

Nesta seção apresentaremos os princípios e leis do teórico David Galula comparados às técnicas, táticas e procedimentos adotados no conflito. Para tal dividiremos em seções terciárias focadas em cada princípio e lei citada por Galula com relação a contrainsurgência com o uso da força.

A seguir iniciaremos com o princípio dos limites da ação convencional dos contrainsurgentes.

4.2.1 *Ações convencionais ou a utilização da inteligência, velocidade das ações e mobilidade*

Este princípio de Galula destaca a fluidez do insurgente, que possui grande mobilidade, pode se imiscuir na população local e quando se sente inferior militarmente busca se dividir em pequenas frações. Assim, o teórico apresenta que há limites no emprego de ações convencionais, ou seja, aquelas que buscam conquistar o território inimigo e a destruição de sua força.

Com relação ao contrainsurgente, o teórico nos fala da importância da inteligência e de respostas rápidas para desgastar os insurgentes.

Foi o que pudemos constatar com o emprego de FOpEsp na Operação Liberdade Duradoura (OEF), quando as equipes de Operações Especiais se misturaram à Aliança do Norte,

vestindo-se de forma semelhante a eles, o que dificultava serem detectados pelo inimigo e abriram várias “portas” nas tribos afegãs o que os ajudava na busca de dados. Sua preparação fazia dos elementos de operações especiais (OpEsp) habilidosos vetores da inteligência.

Além disso, eles realizaram ações de reconhecimento a fim de detectar as posições inimigas e conduzir ataques sobre eles. Por conseguinte, fizeram uso dos ataques aéreos com as “bombas inteligentes” que permitiam uma rápida resposta quando os inimigos eram localizados.

Fruto desse *modus operandi*, concluímos que a FOpEsp esteve alinhada com este primeiro princípio de Galula.

Na seção seguinte analisaremos o princípio que define, “o método insurgente não serve ao contrainsurgente”.

4.2.2 O método insurgente ou o uso correto de toda força disponível

Ao descrever o princípio, Galula afirma que o método insurgente não serve ao contrainsurgente. Ele destaca o aspecto do desbalanceamento de forças bélicas entre os dois contendores.

Para que os COIN possam fazer uso de sua superioridade militar, não faz sentido operar como o insurgente. Ou seja, com operações clandestinas ou não utilizando toda sua superioridade militar para manter o *modus operandi* insurgente, o COIN deixar de conquistar o apoio da população ao demonstrar sua vontade e capacidade de lutar e vencer.

Mais uma vez a guerra de FOpEsp estava alinhada a esse princípio. A utilização das aeronaves e “bombas inteligentes”, dos modernos recursos de comunicações satelitais e terra-avião e das aeronaves remotamente pilotadas (ARP), demonstram o emprego do poderio convencional sem o qual não teriam logrado êxito.

Além disso, as equipes de Forças Especiais puderam preparar as forças militares da Aliança do Norte como tropas convencionais, as treinando e equipando. Mais uma vez corroborando o princípio de Galula.

Somando-se às forças da Aliança do Norte, destacamos o trabalho desenvolvido por tropas de Assuntos Cívicos e Operações de Informações (entre elas a de maior destaque as Operações Psicológicas), tropas componentes da força regular que tiveram papel fundamental na condução da guerra, mostrando a importância da utilização de todas as ferramentas disponíveis à força regular.

A seguir poderemos analisar como as FOpEsp se comportaram no que se refere à primeira lei da contrainsurgência com o uso da força: o apoio da população é tão necessário para o contrainsurgente quanto para o insurgente.

4.2.3 O apoio da população e a conquista de “corações e mentes”

Ao redigir a primeira lei Galula aponta para a importância do apoio da população como um objetivo tanto para os insurgentes quanto para os contrainsurgentes. Para o COIN, a falta do apoio da população pode fazer com que o êxito no enfrentamento militar não seja efetivo, isso porque com o apoio da população os insurgentes poderão rearticular as unidades guerrilheiras e reorganizar as células políticas.

Por serem especialmente treinadas para o trato com os habitantes locais e a conquista de “corações e mentes”, as FOpEsp já possuíam o foco no respeito à população, principalmente no que se refere às suas características étnicas e religiosas.

Além disso, a utilização de trajes e caracterizações físicas semelhantes aos afegãos auxiliou as FOpEsp a não causar uma imagem de tropa estrangeira invasora, facilitando a aproximação e a conquista da confiança da população.

A grande superioridade militar caracterizada principalmente pelo efeito causado por “bombas inteligentes”, também serviu como propaganda da vontade e capacidade dos contrainsurgentes, conquistando ainda mais apoio.

Finalmente, e não menos importante, foram as ações de operações psicológicas e assuntos civis desencadeadas. Elas foram fundamentais para a conquista da maioria neutra da população.

Mais uma vez, o “novo modo de guerra norte-americano” mostrou-se aderente à teoria de Galula e atento as demandas da guerra de quarta geração.

Na próxima seção apresentaremos a segunda lei de Galula, descrevendo que o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa.

4.2.4 Aliança do Norte, a minoria ativa fundamental à FOpEsp

Galula descreve que em qualquer causa da insurgência, e onde quer que ela ocorra, normalmente, haverá uma minoria ativa a favor da causa, uma maioria neutra e uma minoria ativa contra a causa. Surge então a segunda lei: o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa (contrária a causa do insurgente).

Assim, a lei propõe que se busque uma aliança com a minoria favorável, a fim de conquistar o apoio da população, a maioria neutra e assim possibilitar efetivamente a vitória da minoria hostil. Para isso, todas as operações devem buscar atingir este objetivo estratégico.

Não é difícil constatar que as FOpEsp buscaram esse apoio na Aliança do Norte (minorias favoráveis) desde o início, a trazendo para o seu lado e a treinando e equipando, além de combaterem lado a lado com eles. A presença ao lado da Aliança do Norte ajudou às FOpEsp a serem percebidas pela população afegã (maioria neutra) como partícipes daquela cultura local.

Por isso, no que concerne à segunda lei, as FOpEsp também foram aderentes a teoria de David Galula.

A seguir verificaremos o princípio que define como chegamos à vitória do contrainsurgente em comparação às ações desenvolvidas no conflito.

4.2.5 A destruição da força insurgente pode não levar a vitória

Segundo o teórico Galula, a destruição em determinada área da força insurgente e sua organização política não são garantias de vitória ao contrainsurgente. Isso se dá porque a força destruída poderá ser recriada localmente por outra parcela insurgente. Por isso, a vitória efetiva ocorre com a destruição das forças e organizações políticas, no entanto, somadas ao isolamento da localidade dos insurgentes, alcançado, efetivamente, somente com o apoio da população.

Assim, a FOpEsp buscou, desde o início da campanha, a conquista do apoio da população, inicialmente a minoria favorável e posteriormente a maioria neutra. Soma-se a isso as ações de operações psicológicas e assuntos civis. Tudo isso para que houvesse o apoio da população permitindo uma vitória efetiva.

A seguir trataremos das ações ligadas à terceira lei, que descreve as condições necessárias ao apoio da população.

4.2.6 O apoio da população é condicional ao êxito contrainsurgente

A terceira lei nos diz que o apoio da população é condicional. Em outras palavras, ela descreve que após a ascensão insurgente a minoria hostil, favorável ao contrainsurgente, não atuará enquanto a ameaça não for afastada. A partir de sua atuação, essa minoria só

conseguirá conquistar o apoio da maioria neutra quando estiver claro que os COIN possuem a determinação, os meios e a capacidade de vencer.

Por isso o COIN deve buscar êxitos convincentes, o mais breve possível, tendo sempre como objetivo a conquista do apoio da população o que o levará a se preocupar com a redução de danos colaterais e operações psicológicas.

Ao analisarmos essa terceira lei, observamos que as forças norte-americanas foram aderentes a ela. No que se refere ao êxito inicial, temos a detecção e ataques aéreos com o uso de “bombas inteligentes”, além do treinamento e equipamentos fornecidos à Aliança do Norte para os ataques terrestres, propiciando êxitos convincentes logo no início da campanha.

Isso fez com que muitos afegãos mudassem de lado, vindo a combater ao lado dos estadunidenses que conquistaram grande respeito e admiração da Aliança do Norte. Mais uma vez podemos observar a aderência do “novo modo de guerra norte-americano” com mais esta lei.

Na próxima seção será analisada a quarta lei: a intensidade do esforço e a magnitude de meios são essenciais.

4.2.7 A importância da intensidade do esforço e a magnitude dos meios

A quarta lei nos apresenta a importância do COIN não fracionar sua força pelo Teatro de Operações. Na visão do teórico, como será feito um grande esforço para afastar da maioria neutra a ameaça insurgente e convencê-la de que o COIN acabará vencendo, logo será de natureza intensiva e de longa duração. O COIN não deve diluir a sua força, mas aplica-lo sucessivamente área por área.

Com relação a guerra centrada em FOpEsp não percebemos a questão de concentração de tropas, mas podemos ver que houve um grande esforço na aplicação da força, com uma grande capacidade de detecção e poder de fogo.

Destarte, as tropas muito bem adestradas e com grande capacidade de detecção (FOpEsp), aliada à capacidade de multiplicação de força, advindas da cooptação e preparação das forças da Aliança do Norte e o grande poder de fogo conseguido com o apoio aéreo, utilizando suas “bombas inteligentes”, permitiram alcançar o que prevê a quarta lei: a intensidade do esforço e a magnitude de meios.

Na seção a seguir será feita uma conclusão parcial de todo o capítulo 4, buscando concatenar todos os detalhes na comparação da teoria com a realidade.

4.3 Conclusões parciais

Podemos concluir que a Segunda Guerra do Afeganistão foi tratada pelas forças armadas norte-americanas como uma guerra de contrainsurgência transnacional e que, irrefutavelmente, tratou-se da guerra de quarta geração.

Assim, com os grandes problemas logísticos encontrados no Afeganistão, a necessidade de uma rápida resposta e a escassez de tropas preparadas para a guerra de quarta geração, a opção foi realizar uma guerra centrada em FOpEsp, ou como os norte-americanos chamaram, “o novo modo de guerra norte-americano”.

Ao investigarmos a aderência desse novo modo de guerra com a teoria da contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”, de David Galula, analisamos que no primeiro princípio o teórico destaca a fluidez do insurgente, sua grande mobilidade e capacidade de se misturar e homiziar junto à população local. Assim, utilizando somente operações

convencionais, torna-se uma tarefa difícil localizar e destruir o inimigo, além de conquistar seu território, muitas vezes difícil de ser definido.

Resultado dessa dificuldade de detecção das forças insurgentes, cresce de importância a utilização de uma inteligência forte para poder localizar o insurgente e a realização de ações rápidas para que os mesmos não se dispersem, permitindo que possam ser neutralizados. Dessa forma, o *modus operandi* das FOpEsp, com sua capacidade de reconhecimento e inteligência, ajudaram a encontrar o inimigo. Já as participações do apoio aéreo com suas “bombas inteligentes” propiciaram a velocidade necessária da resposta para que o insurgente não tivesse tempo de se dispersar.

Com relação ao segundo princípio verificamos que o teórico desaconselha que o COIN utilize os mesmos *modus operandi* dos insurgentes. Isso porque deixaria de utilizar sua superioridade militar, deixando de conquistar o apoio da população ao demonstrar sua capacidade e vontade de vencer.

Por isso, as FOpEsp utilizaram toda capacidade militar à disposição, como as “bombas inteligentes”, os equipamentos de comunicações satelitais e terra-avião, os ARP, entre outros. Além disso, ao treinar e equipar as forças da Aliança do Norte, prepararam tropas convencionais locais em condições de atacar e destruir os insurgentes.

Dando continuidade à teoria da contrainsurgência com o uso da força, Galula nos fala sobre a importância fundamental do apoio da população tanto para o insurgente quanto para o contrainsurgente. Somente com esse apoio o COIN pode ser capaz de detectar os insurgentes, não permitindo que se homizem junto à população local e ao neutralizá-los reduzir a capacidade de regeneração do movimento insurgente por não conseguirem cooptar novos defensores para sua causa.

Destarte, as FOpEsp estadunidenses, que já possuem em seu treinamento as noções de respeito à cultura local e a conquista do apoio da população, utilizaram em sua forma de

operar algumas técnicas que auxiliaram na obtenção do apoio da população. Além disso, o poderio militar, com as “bombas inteligentes” também serviram como uma demonstração de poder, trazendo a população para o lado mais forte do conflito.

Entre as técnicas utilizadas para conquista do apoio da população destacam-se a utilização de vestimentas e caracterizações afegãs, contribuindo para uma melhor aceitação da presença daquelas tropas no Afeganistão. A utilização de operações psicológicas e de assuntos civis, que promoveu diversas obras de melhoria da infraestrutura pública, empregando diversos afegãos.

Prosseguindo, Galula descreve a importância de se conquistar o apoio da minoria favorável a causa COIN, a fim de se conquistar o apoio da maioria neutra da população. Foi exatamente o que foi executado pela FOpEsp quando se aproximou, treinou e equipou a Aliança do Norte, uma minoria favorável à causa estadunidense. A partir desse apoio iniciou-se a conquista do apoio da maioria neutra da população.

Em mais um princípio, Galula ressalta que a vitória do COIN não é alcançada com a destruição da força insurgente e sua organização política. Isso se deve a possibilidade da recriação local por outra parcela insurgente.

Dessa forma, as FOpEsp focaram, desde o início do conflito, a conquista do apoio da população, por saber que só dessa forma poderiam alcançar uma vitória efetiva.

Com relação à terceira lei, Galula explica que o apoio da população é condicionado pelo êxito militar inicial do COIN. Isso ocorre porque a minoria favorável e a maioria neutra se mantêm omissas até que percebam o êxito do COIN, iniciando pela minoria favorável.

Por isso, a força norte-americana, centrada nas FOpEsp, utilizou todos os recursos disponíveis e possíveis para causar o maior efeito inicial possível. Assim, o ataque com “bombas inteligentes”, a utilização de tropas altamente especializada e tropas locais bem

treinadas e equipadas, ajudaram a mostrar a determinação e a capacidade de vencer dos norte-americanos.

Finalmente o teórico apresenta a quarta lei que afirma a importância da utilização da intensidade do esforço e a magnitude dos meios. Com isso, orienta que a COIN não deve ser fracionada, mas sim empregada como um todo, a fim de explorar todo seu potencial e mostrar sua determinação e vontade de vencer à população local.

Assim, observamos que as FOpEsp não permitiram que faltassem meios ou intensidade do esforço e a magnitude de meios em cada ação. Havia o emprego intensivo de apoio de fogo aéreo com a utilização das “bombas inteligentes” e demais tecnologias disponíveis como os ARP.

Ao final dessa comparação podemos constatar que, a despeito das diferentes molduras temporais, a teoria de David Galula da década de 60 e a Guerra de quarta geração desenvolvida na Segunda Guerra do Afeganistão (2001 – 2016), a guerra centrada em FOpEsp, foi aderente as teorias de David Galula. Isso nos permite pensar que a teoria de Galula ainda serve de referência até os dias atuais, no entanto, precisando ser ajustada às realidades contemporâneas.

Na seção a seguir desenvolveremos a conclusão do conteúdo desenvolvido no capítulo relacionado a teoria, do capítulo acerca da realidade da guerra e deste capítulo que procurou comparar os outros dois, a fim de contribuir para a resposta da questão formulada pelo trabalho.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo faremos uma breve síntese dos assuntos estudados anteriormente, responderemos à questão que norteou o trabalho e buscaremos traçar um paralelo das lições aprendidas com o estudo realizado e as possibilidades de melhorias na doutrina da Marinha do Brasil.

No capítulo 2 tratamos do histórico das insurgências e de como elas evoluíram com o passar do tempo, fazendo com que a contrainsurgência precisasse se adaptar. Chegando aos dias atuais, destacamos a presença da mídia, como veículo disseminador de ideias e ações terroristas, e a internet com suas mídias sociais que ampliaram consideravelmente a capilaridade dos insurgentes.

Além disso, os avanços tecnológicos no setor bélico possibilitaram a produção de armas cada vez mais leves e com alto grau de letalidade, fazendo com que o contrainsurgente precisasse se adaptar à um insurgente cada vez mais capaz militarmente.

Os pontos de destaque do capítulo 2 foram os princípios e leis descritas na teoria de David Galula acerca da conduta do contrainsurgente quando ocorre o uso da força. Galula ressalta a importância do apoio da população e como o COIN pode conquistá-lo. Destacou ainda, a característica fluida do insurgente demandando uma inteligência efetiva aos COIN para que possam localizá-los, além de ações rápidas e precisas a fim de não permitir que os mesmos se dispersem e seja possível reduzir os danos colaterais.

No capítulo 3 tratamos da guerra centrada em FOpEsp no Afeganistão, no período de 2001 e 2002. Destacamos a capacidade das tropas de OpEsp em se infiltrarem e operarem junto à população local, respeitando suas características étnico-culturais e trajando as mesmas vestimentas. Essa conduta contribuiu para a conquista do apoio dos afegãos, em especial a Aliança do Norte, contribuindo para ações de inteligência e para multiplicação de força.

Com certeza, o grande destaque foi a perfeita integração das FOpEsp e a Força Aérea norte-americana nas operações de ataques aéreos utilizando as “bombas inteligentes”. Pela sua prontidão e precisão, contribuíram inclusive para a conquista do apoio da população, ao demonstrar o poderio norte-americano e sua vontade e capacidade de vencer. Soma-se a isso a grande capacidade de comunicações, tanto satelital quanto terra-avião e o uso de ARP.

Observamos ainda, em complemento as ações das tropas de OpEsp, as importantes ações de operações psicológicas e o emprego de ações de assuntos civis, ambos contribuindo sobremaneira para conquista de “corações e mentes” da população local.

No capítulo 4 foi realizada a comparação da teoria com a realidade, mostrando como a guerra centrada em FOpEsp atendeu aos princípios e leis desenvolvidos por Galula para a contrainsurgência com o uso da força.

Guardados os devidos ajustes resultado das diferentes molduras temporais, pudemos observar que o “novo modo de guerra norte-americano” atendeu às preocupações com: a conquista do apoio da população, a constituição de uma capacidade de inteligência efetiva, o desenvolvimento da capacidade de ações rápidas e com mobilidade, impedindo que o insurgente explorasse sua característica de fluidez.

Dessa forma, ao concluir o estudo, conseguimos responder ao questionamento que representou o propósito deste trabalho: a guerra centrada em FOpEsp na Segunda Guerra do Afeganistão, no período de 2001 a 2002, teve aderência ao modelo teórico de David Galula considerando particularmente a contrainsurgência na guerra revolucionária “quente”? Com base no que apresentamos, concluímos que houve aderência dessa nova estratégia norte-americana à teoria de David Galula.

Não foi objeto do estudo se houve uma análise prévia das teorias acerca da contrainsurgência motivando as mudanças que levaram ao “novo modelo de guerra norte-americano”. Assim, fica como sugestão para trabalhos futuros a realização desse estudo.

O fato é que por empregar uma tropa altamente especializada, o que permitiu a redução de efetivos, além de militares treinados para estarem atentos à redução de danos colaterais e à conquista do apoio da população, a guerra centrada em FOpEsp alinhou-se às peculiaridades exigidas nas guerras irregulares, em especial nas contrainsurgência.

Com isso, verificamos um grande êxito inicial utilizando a estratégia da guerra centrada em FOpEsp, levando a uma rápida retirada do Talibã do poder e o grande desgaste provocado na Al-Qaeda e no próprio Talibã.

Um objetivo não alcançado pela campanha foi a neutralização das lideranças da Al-Qaeda. Alguns especialistas justificam este fato pelo não bloqueio das fronteiras, em especial com o Paquistão, permitindo que as principais lideranças fugissem do Afeganistão. Vale destacar que, para esta tarefa, poderiam ser empregadas tropas convencionais e que não se tratavam de grandes efetivos.

Com isso podemos concluir que as guerras irregulares são uma realidade cada vez mais latente e que exigem um preparo e uma conduta específica das forças regulares, a fim de conquistar e manter o apoio da população para desarticular a força irregular e alcançar efetivamente a vitória.

Além disso, com o aumento do acesso das tropas irregulares, a armas de maior letalidade e a armas de apoio de fogo, cresce a importância de se balancear a utilização de tropas convencionais e de operações especiais em um ambiente operacional de características híbridas e que exigem operações no amplo espectro, ou seja, com operações ofensivas, defensiva e de estabilização.

O que não devemos perder de vista é a importância de estudarmos o assunto e estarmos preparados para a guerra irregular, esse estilo de guerra tão contemporâneo e que possui diversas características que permeiam, inclusive, as operações de garantia da Lei e da

Ordem (GLO) e as operações de paz no que tange a conquista do apoio da população local e o difícil trabalho de identificação da força adversa.

Com isso, além dos investimentos na doutrina de guerra regular¹³, a sugestão à Marinha do Brasil (MB) é não deixar de desenvolver sua doutrina acerca de guerra irregular. Além disso, investir no treinamento de suas FOpEsp, para que possam estar prontas a operar em todos os espectros de atuação neste tipo de conflito, em especial na guerra não convencional (*Unconventional Warfare*), primordialmente na condução das operações focadas nas forças irregulares nativas e nas operações ou pesquisas de inteligência.

Soma-se a FOpEsp outras armas não cinéticas de suma importância na guerra irregular como, por exemplo, Operações Psicológicas, Assuntos Cívicos, Comunicação Social e Guerra Cibernética.

Por fim, vale ressaltar que nada substituirá a análise dos fatores da decisão para verificarmos como agir. Não existe uma fórmula pré-estabelecida para cada tipo de guerra. Essas classificações e teorias servirão sempre como uma direção geral a seguir. No entanto, muitos serão os caminhos que poderão levar a vitória.

¹³ Conflito armado entre Estados ou coligação de Estados no qual as operações militares são executadas, predominantemente, por forças regulares, podendo ser convencional ou nuclear (BRASIL, 2015).

REFERÊNCIAS

AFSAR, Major Shahid; SAMPLES, Major Chris; WOOD, Major Thomas. The Taliban: An Organizational Analysis. *Military Review*, May-June 2008, p. 58-73. Disponível em: <<http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p124201coll1/id/238>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Brasil. Ministério da Defesa. *MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas*. Brasília-DF, 4ª ed. 2007.

_____. _____. _____. Brasília-DF, 5ª ed. 2015.

DUNNIGAN, James F. *Ações de Comandos: Operações Especiais, comandos e o futuro da guerra nos EUA*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 340 p.

EUA. Combined Arms Doctrine Directorate. *FM 3-24/MCWP 3-33.5: Insurgencies and Countering Insurgencies*. Washington, D.C, 2014.

_____. Combined Arms Doctrine Directorate. *FM 3-24/MCWP 3-33.5: Counterinsurgency*. Washington, D.C, 2006.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964. 118 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 1996. 455 p.

JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. *As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção no Afeganistão: um novo modo de guerra americano?* 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais) – PUC-SP, São Paulo, 2009.

LANSFORD, Tom. *9/11 and the wars in Afghanistan and Iraq*. California: ABC-CLIO, 2011. 368p.

MALONEY, Sean M. Conceptualizing the War in Afghanistan: Perceptions from the Front, 2001-2006. *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 18, No. 1, March 2007, p. 27-44. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09592310601173212>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 368 p.

APÊNDICE A

Síntese dos antecedentes históricos

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1935 – 1945), o mundo presenciou um período de polarização político-ideológica com o surgimento da Guerra Fria (1947 – 1989). Nesse contexto, observou-se com perplexidade o crescimento do poderio nuclear e bélico dos Estados hegemônicos, EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Paradoxalmente, surgem, nesse período, diversas guerras de baixa intensidade, muitas vezes financiadas por estes mesmos atores do Sistema Internacional (SI).

Dessa forma, as guerras irregulares progressivamente tomaram o lugar das guerras convencionais de grande escala. Isso ocorreu devido ao equilíbrio dos arsenais termonucleares norte-americano e soviético, a ampla difusão da teoria da guerra revolucionária marxista e o declínio do império neocolonial europeu que convulsionou o Terceiro Mundo (VISACRO, 2009).

Após quase meio século de Guerra Fria, o “império” Soviético ruiu, caracterizando o final da bipolarização mundial e a consolidação dos EUA como única potência econômica e militar hegemônica, gerando um processo de recomposição da ordem mundial.

Entre o final da década de 1980 e o início da década de 2000, ocorreu uma intensificação na utilização do terrorismo como uma ferramenta para guerra de insurgência.

Podemos citar o atentado ao voo 103 da Pan Am, de Londres com destino a Detroit, matando 295 pessoas e ferindo 11 no solo, com autoria assumida por terroristas libaneses em 21 de dezembro de 1988. Em 26 de fevereiro de 1993, ocorreu o atentado a bomba na garagem do World Trade Center, em Nova York, matando 6 pessoas e ferindo cem, assumido pelo militante islamita Ramzi Yousef, que recebera treinamento da rede Al-Qaeda no Afeganistão.

Em 1998, ocorreram os atentados a bomba na embaixada Norte-Americana no Quênia e na Tanzânia com 301 mortos, atribuídos à organização de Bin Laden. Em 12 de outubro de 2000, houve o ataque ao USS Cole enquanto encontrava-se fundeado no Golfo de Aden, no Yemen, com um “bote-bomba” da rede Al-Qaeda, deixando 17 marinheiros mortos e 39 feridos (VISACRO, 2009).

Todos esses indícios de mudança dos inimigos e seus *modus operandi* culminaram com o maior ataque sofrido pelos Norte-Americanos em seu próprio território, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Na manhã daquele dia, duas aeronaves comerciais, um Boeing 767 da American Airlines e um Boeing 757 da United Airlines, que realizavam voos domésticos, foram sequestradas por terroristas e utilizadas como “mísseis” em um ataque suicida às torres gêmeas do World Trade center. Essas colisões foram detalhadamente calculadas, de forma que em instantes após o impacto as torres desabaram, matando 2838 pessoas (VISACRO, 2009).

Simultaneamente, em Washington D.C., outra aeronave Boeing 737 da American Airlines atingia o Pentágono, o prédio do Departamento de Defesa Norte-Americano, resultando em 189 vítimas fatais (VISACRO, 2009).

Uma quarta aeronave sequestrada, outro Boeing 757 da United Airlines, caiu sem atingir seu alvo, provavelmente a Casa Branca ou o Capitólio, matando as 44 pessoas que se encontravam a bordo (VISACRO, 2009).

Podemos observar que os ataques de 11 de setembro foram desencadeados contra alvos psicológicos. O World Trade Center simbolizava tanto o vigor do capital globalizado quanto o poderio econômico Norte-Americano e o Pentágono possuía um apelo ainda maior que de um objetivo militar que se busca atingir ao atacar um Quartel-general. Soma-se a isso, a perfeita coordenação e sincronização dos ataques, permitindo que as imagens fossem transmitidas em tempo real e repetidas, de forma contumaz, para todo o mundo.

Com isso, os EUA viram-se na obrigação de apresentar uma reação imediata no campo militar. Caso isso não ocorresse, essa inércia poderia ser vista pelos inimigos dos Norte-Americanos como uma demonstração de fraqueza e vulnerabilidades ainda maiores (VISACRO, 2009).

Assim, a Casa Branca declarou formalmente a “Guerra Global ao Terror”. Vale ressaltar que, no contexto apresentado, o terrorismo está alicerçado em sua capacidade de provocar forte impacto psicológico, mas em prol de uma causa maior que está ligada ao combate à cultura ocidental e a imposição da cultura radical islâmica.

Mas quem eram os inimigos? Quais suas motivações? Quais seus objetivos políticos e militares? De certa forma essas perguntas já vinham sendo estudadas e teorizadas pelo cientista político norte-americano Samuel Philips Huntington em sua obra *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Huntington argumenta em sua obra que:

O problema subjacente para o ocidente não é o fundamentalismo islâmico. É o islã, uma civilização diferente, cujas pessoas estão convencidas das superioridades de sua cultura e obcecadas com a inferioridade do seu poderio. O problema para o islã não é a CIA ou o Departamento de Defesa dos EUA. É o ocidente, uma civilização diferente cujas pessoas estão convencidas da universalidade de sua cultura e acreditam que seu poderio superior, mesmo que em declínio, lhes impõe a obrigação de estender sua cultura por todo o mundo. Esses são os ingredientes básicos que alimentam o conflito entre o Islã e o Ocidente. (HUNTINGTON, 1996, p. 273).

Destarte, os norte-americanos iniciaram sua guerra contra o inimigo que os atacaram em seu próprio país, a organização Al-Qaeda e o movimento político-religioso afegão que estava no governo e a apoiava, o Talibã.

Assim, desencadearam ataques sobre as bases de treinamento da Al-Qaeda no Afeganistão, além de buscar neutralizar suas lideranças e atacaram o Talibã, a fim de retirá-lo do poder.

APÊNDICE B

Síntese do ambiente operacional encontrado no Afeganistão

O Afeganistão possui uma população marcada por fortes tradições tribais, além da ideologia religiosa mulçumana radical e de uma antiga cultura guerreira, destacando-se no histórico de guerras as três guerras ânglo-afegãs, nos anos de 1839, 1879 e 1919 (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008).

Politicamente, a desordem se agravou em 1973 após a deposição do Rei Afegão Zahir Shah, quando este foi vítima de um golpe do primeiro-ministro Mohammed Daoud, apoiado pelos soviéticos. Em seguida, houve uma disputa pelo poder com conflitos entre monarquistas, reformistas e comunistas (DUNNIGAN, 2008).

Após muitas disputas pelo poder, em 1978, o Partido Democrático Comunista Popular do Afeganistão assume o poder. No entanto, os grupos religiosos conservadores, organizados em várias facções *mujahedin*, guerrilhas *ihadistas* (guerra santa mulçumana), resistiram as reformas radicais impostas pelo novo regime (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008).

Em dezembro de 1979, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) enviou tropas ao Afeganistão com a intenção de ajudar seus aliados comunistas contra as milícias islâmicas. Além disso, os soviéticos tinham um outro objetivo que era conter a ameaça dos islâmicos radicais que ganhavam poder nas repúblicas da Ásia Central próximas ao seu Estado.

Como resultado da intervenção soviética, ocorre o incentivo à resistência *mujahedin*, acabando por convocar uma guerra santa. Em resposta, os militares da ex-URSS conduziram uma brutal guerra contrainsurgente. Como resultado, em uma guerra que durou cerca de dez anos, as forças soviéticas e seus aliados afegãos comunistas mataram cerca de 1,3

milhões de pessoas, além de destruírem diversas infraestruturas urbanas e rurais e gerarem uma grande onda de refugiados, que se deslocaram em sua maioria para Irã e Paquistão (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008).

Em fevereiro de 1989, os soviéticos desistem de pacificar o Afeganistão e consolidar o regime comunista e, simplesmente, se retiram do Estado Afegão. No entanto, o governo comunista permanece no poder. Em seguida, eclode uma Guerra Civil pela disputa interna envolvendo o governo e as milícias *mujahedin*. Essa Guerra Civil faz com que ocorra a dissolução do governo de orientação comunista em abril de 1992 (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008).

Dessa forma, surge um ambiente fértil para ideias radicais que pudessem unir o Afeganistão e, por fim, as guerras que saturavam a população. Foi assim que uma milícia, composta por estudantes religiosos (conhecidos como talibãs), nascida na fronteira entre Afeganistão e Paquistão, aparece como uma alternativa viável.

Após crescer com o aumento de refugiados afegãos, em especial da etnia *pashtuns*, que fugiram para o Paquistão por ocasião da intervenção soviética, o Talibã se caracterizava por sua interpretação modificada e seletiva do Islã, além do apoio da inteligência e dos militares paquistaneses, de uma ampla variedade de *jihadistas* e de mercenários do ex-bloco soviético (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008).

Destarte, o Talibã adotou uma percepção conservadora de questões sociais e políticas e conquistou um grande apoio popular por haver a percepção que se tratavam de pessoas honestas e que queriam trazer a ordem ao Afeganistão.

Em novembro de 1994, o Talibã assumiu o controle de Kandahar, no sul do Afeganistão e teve um rápido progresso militar, controlando 80% do Estado em 1996, destruindo, conquistando ou afugentando a maioria das milícias *mujahedin* (DUNNIGAN, 2008).

Um ator de suma importância que serviu de estopim para a “Guerra Global ao Terror” ou a Segunda Guerra do Afeganistão (SGA), por assumirem a autoria dos ataques de 11 de setembro de 2001, foi a organização fundamentalista islâmica internacional Al-Qaeda (A Base), cujo líder era o saudita Osama bin Laden.

Após ser expulsa do Sudão em 1996, a Al-Qaeda se reestabeleceu no Afeganistão, desenvolvendo novos campos de treinamento em guerrilha e terrorismo, além de locais para doutrinação ideológico-religiosa. Além dessas estruturas, a organização também possuía unidades militares convencionais (MALONEY, 2007).

A explicação para o Talibã, em sua maioria da etnia pashtun, dar abrigo à al-Qaeda se baseia no código social dessa etnia, o Pashtunwali. Um dos preceitos do Pashtunwali é a provisão de hospitalidade, proteção e refúgio a quem precisar (isto é chamado de nanawatey) (JORGE, 2009).

Ademais, os pashtuns acreditam que o seu sistema de ordem social produz homens superiores àqueles do modelo ocidental. Eles fazem parte de organizações tribais, e não querem um novo modelo imposto por uma força estrangeira.

O governo norte-americano faz um *ultimatum* ao Talibã para que entregassem Osama bin Laden após o onze de setembro. No entanto, foram atingidos diretamente pelo preceito nanawatey, sem saberem disso, quando os mesmos se recusaram a entregar o líder terrorista, por ser considerado um convidado no Afeganistão, e assim se encontrava em uma situação inviolável de proteção.

Os ocidentais continuavam a ignorar ou a dar pouca ou nenhuma importância a estes valores culturais fundamentais em seus esforços para delinear sua estratégia para o sul do Afeganistão e o norte do Paquistão, enquanto o Talibã e a al-Qaeda usavam tais valores para recrutamento, proteção e mobilização social (JORGE, 2009).

Em 2001, o Talibã ainda não tinha o controle de cerca de 10% do território Afegão, em sua maioria terras ao norte do Afeganistão, dominadas pela Aliança do Norte, únicos aliados do EUA na região em 11 de setembro de 2001 (DUNNIGAN, 2008).

Além disso, o Talibã tornava-se cada vez mais impopular por impor uma versão conservadora e opressiva do Islã. Como a maioria dos líderes fundamentalistas do Talibã eram de Kandahar, região sul do Afeganistão, buscavam impor seus costumes, como barba obrigatória, nenhum divertimento e trancar as mulheres em casa como a interpretação aceita da lei islâmica em todo o Estado (DUNNIGAN, 2008).

A população não queria outra guerra civil. Mas, no entanto, também não se voluntariavam mais para lutar ao lado do Talibã. Com isso, estes fizeram o recrutamento de estrangeiros, preferencialmente, estudantes religiosos paquistaneses, além de muitos árabes que apareceram para completar seus exércitos (DUNNIGAN, 2008).

Esse é o ambiente encontrado nessa região tão complexa culturalmente e que foi alvo de uma pronta resposta do maior ataque sofrido por norte-americanos em seu próprio território.

ILUSTRAÇÕES

ANEXO A



FIGURA 1 – Mapa Político do Afeganistão

Fonte: <<http://www.asia-turismo.com/mapas/afeganistao.htm>>.

Acesso em: 30 jul. 2017.

ANEXO B



FIGURA 2 – Veículo Leve Artilhado das FOpEsp
Fonte: <<http://www.military-today.com/trucks/serval.htm>>.
Acesso em: 30 jul. 2017.

ANEXO C



FIGURA 3 – E-8C Sistema Conjunto de Vigilância e Radar de Ataque de Alvos (E-8C Joint STARS)

Fonte: <<http://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/104507/e-8c-joint-stars/>>.

Acesso em: 30 jul. 2017.

Nota: no original em inglês “Joint Surveillance Target Attack Radar System” (tradução nossa).